

## O Brasil de Ignácio Rangel

Arissane Dâmaso Fernandes\*

**Resumo:** Ignácio Rangel, advogado por formação e autodidata em economia, atuou mais notavelmente entre os anos 1950 e 1980. Ocupou diversos cargos públicos, tendo por exemplo participado da formulação da segunda etapa do Plano de Metas. Com base em Schumpeter, Marx e Keynes, entre outros, formulou uma teoria bastante original sobre a realidade nacional, a tese denominada "dualidade básica da economia brasileira". Essa teoria desvelava as especificidades que teriam possibilitado o país a realizar uma industrialização sem reforma agrária prévia, diferente portanto do que afirmava o Partido Comunista (ao qual ele fora filiado) nos anos 1930. Apesar das previsões econômicas acertadas feitas a partir desse modelo teórico e principalmente da sua originalidade, a teoria rangeliana permanece pouco conhecida, mas por tudo que ela representou deve ser revisitada. Esse é justamente o objetivo central dessa comunicação.

**Palavras-chave:** economia, teoria da dualidade, Brasil.

**Resumé:** Ignácio Rangel, un avocat par la formation et autodidacte en économie, il a agi de manière plus visible entre les ans 1950 et 1980. Il occupé divers postes, comme par exemple la formulation de la deuxième phase du "Plano de Metas". Sur la base de Schumpeter, Marx et Keynes, entre autres, il a proposé une très original théorie sur la réalité nationale, la thèse appelé "base dualité économie brésilienne". Cette théorie a montré les caractéristiques particulières qui aurait permis au pays de tenir une processus d'industrialisation sans une réforme agraire, différents du son déclaration antérieure dans le parti communiste (à laquelle il hors affiliées) dans l'année 1930. Malgré les prévisions économiques faites par ce modèle théorique et principalement de son originalité, la théorie rangeliana demeure peu connue, mais tout ce qu'elle représente doit être revu. C'est l'objectif central cette communication.

**Mots-clés:** Économie, Théorie de la dualité, Brésil.

### 1- Introdução:

As colocações que se seguem partem da constatação de que apesar de sua grande contribuição para uma maior compreensão da economia e sociedade brasileiras entre as décadas de 1950 e 1980, as obras de Ignácio Rangel continuam pouco conhecidas e estão praticamente restritas ao domínio dos economistas.

Ao lado de Caio Prado Júnior e Celso Furtado, Rangel é considerado um dos patronos da economia brasileira, mas ao contrário daqueles ele não teve (e continua não tendo) o merecido

---

\* - Doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás. Bolsista CAPES.

reconhecimento. Com o intuito de destacar a importância da análise rangeliana, mesmo que em poucas páginas, se fará uma tentativa de retomada dos principais pontos de sustentação dessa teoria. Conforme indicou-se no resumo dessa comunicação, as colocações que se seguem estarão centradas na análise rangeliana em torno da teoria da dualidade e sua adequação à realidade brasileira, de fundamental importância no período econômico do desenvolvimentismo.

De forma bem sucinta, a carreira desse economista autodidata foi marcada por sua filiação, nos anos de 1930, ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), do qual fora se afastando à medida em que cresciam as divergências ideológicas entre ambos, sobretudo no que se refere à idéia defendida pelo partido de que uma efetiva industrialização seria impossibilitada sem a realização de reforma agrária (ESPÍNDOLA; BASTOS, 1999).

Nos anos 1950 tornou-se assessor do governo Vargas, tendo sido responsável dentre outras coisas pela criação da Eletrobrás. Nessa mesma década fez pós-graduação na CEPAL, quando desenvolveu a teoria da dualidade brasileira, uma das suas obras mais conhecidas, publicada em 1957 sob o título *Dualidade Básica da Economia Brasileira*.

E por fim, integrou o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), ao qual seria acrescentada a sigla “S” (de social), desde os primeiros anos de sua criação até o final dos anos de 1980, mesmo depois de sua aposentadoria.

Em poucas linhas fica evidenciada portanto a importância que as teorias rangelianas possuem, dada a sua posição de “homem de Estado” e como tal, proponente de importantes projetos nacionais.

Assim, as análises feitas por esse economista se confundem, em grande medida, com a própria história do país, uma vez que a frente de cargos públicos ele intencionava ver colocadas em prática as suas idéias, de caráter notadamente político e, que justamente por isso, merecem ser retomadas e discutidas a partir de um ponto de vista histórico. Em linhas gerais, tais análises apontavam o Brasil como um país dependente das economias centrais e essencialmente dualista, característica que viria a definir todas as instituições brasileiras.

Até aí não se observa nenhuma grande diferença na análise rangeliana em relação aos demais dualistas. Mas antes de assinalar algumas das bases fundamentais que sustentavam essa teoria deve-se retomar seus primórdios, ou seja, sua introdução e discussão pelos economistas e outros estudiosos brasileiros.

## 2-A introdução da teoria da dualidade no Brasil:

A teoria da dualidade fora introduzida no Brasil a partir dos franceses Jacques Lambert<sup>1</sup> e Roger Bastide, destacando-se o primeiro. Lambert afirma por exemplo que a economia dualista, ou a estrutura social dualista não é uma característica peculiar à realidade brasileira, mas está presente em todos os países desigualmente desenvolvidos. Entretanto, esse contraste é particularmente acentuado pela imensidão territorial (dificuldades de comunicação), que dificulta a difusão de novos traços culturais e obstaculariza a passagem à uma nova sociedade (LAMBERT, 1969, p.106)

De forma simplificada, a dualidade estaria presente na oposição entre duas estruturas: interior estático (representado pelo latifúndio) x litoral dinâmico (indústrias), desigualdades resultantes de uma história de colonização. Essa visão logo encontrou adeptos brasileiros e dentre eles, Ignácio Rangel. Tratava-se na verdade de uma versão mais apurada do antigo dualismo litoral/ sertão, presente desde a constituição da Nação brasileira, destacando-se nesse sentido Euclides da Cunha, Cassiano Ricardo e Oliveira Vianna, dentre outros.

Mas deve-se ressaltar, tal como faz Gonçalves Neto (1997, pp. 56-57), que nessa versão de Lambert, diferente de alguns dualistas como por exemplo Celso Furtado e o próprio Rangel, a idéia de que deveria haver reformas para a modificação das estruturas consideradas arcaicas ficava em segundo plano. Ele afirmava que a integração dos lados arcaico e moderno acabariam por desencadear, espontaneamente, a desintegração do latifúndio.

Tratava-se do período pós-Segunda Guerra, quando a questão da planificação da economia passou a ser vista como algo fundamental para garantir a “sobrevivência” de uma nação. Era o contexto da guerra fria e da descolonização, momento de confronto entre capitalismo e comunismo.

Nesse contexto é que foram criadas instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, como forma de prover fundos para a reconstrução de países devastados pela guerra e posteriormente, de financiar o “desenvolvimento”.

Foi com base nesses fatos que se desenvolveu a teoria estruturalista nos anos 1950. Segundo essa abordagem a economia dos países em desenvolvimento seguiria rumos diferentes das economias centrais, justamente por possuírem especificidades estruturais e portanto, problemas que lhes seriam particulares.

---

<sup>1</sup> - Jacques Lambert se destaca nessa discussão, tendo sido professor da Universidade Nacional do Brasil entre os anos de 1933-1945. Anos depois (1953) escreveu a obra “Le Brasil: structure et institutions politiques”, obra essa que foi publicada seis anos depois sob o título “Dois Brasis”. A esse respeito consultar: FIGUEIREDO (2004, pp.205-208).

Assim além de reafirmar a teoria do dualismo, já destacada, os estruturalistas enfatizavam a noção de que as estruturas das economias subdesenvolvidas possuíam particularidades que as distinguiam da realidade européia, sobretudo nas etapas de seu “desenvolvimento”<sup>2</sup>.

Dentre os grandes nomes do estruturalismo na América Latina está Raul Prebisch, uma das mais relevantes influências à teoria rangeliana, que a frente da CEPAL desenvolveu estudos cuja tônica era a defesa de um desenvolvimento autônomo, liderado por um Estado forte que conduzisse o processo de industrialização (através do modelo de substituição de importações).

Percebe-se então que as décadas de 1950 e 1960 no Brasil foram marcadas por um debate em torno dos rumos que o desenvolvimento econômico deveria tomar, a fim de que as condições de *atraso* fossem superadas<sup>3</sup>. Além da já citada Cepal, o Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) foram importantes centros de discussões acerca da referida tese da dualidade, à qual buscavam legitimar. Rangel marcou presença em ambas as instituições, sobretudo por ter desenvolvido um esquema analítico que apesar de tomar como base as discussões dualistas e estruturalistas que se consagravam naquele contexto conseguiu se diferenciar pela forma original como desenvolveu essas questões.

## 2.1 – A teoria dualista em Ignácio Rangel:

No prefácio de “Dualidade Básica da Economia Brasileira” (1953) (Rangel, 2005, p.286), obra em que Rangel desenvolveu de maneira mais detalhada a teoria da dualidade (exposta pela primeira vez em 1947)<sup>4</sup>, o autor esclareceu que o conceito de dualidade da economia brasileira, e das economias latino-americanas em geral, não se tratava de uma novidade. Entretanto, o que o intrigava (e por isso se tornou o objetivo central de sua obra) era a importação de algumas teorias sem analisar a sua adequação à realidade nacional, a qual se buscava compreender.

---

<sup>2</sup> - Daí a utilização do termo “dual-estruturalista” como forma de caracterizar a teoria desenvolvida pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), ou seja, a junção de ideais dualistas com a teoria estruturalista.

<sup>3</sup> - Esse debate político dos anos 1950/1960 pode ser visto de maneira bem detalhada em: GONÇALVES NETO, 1997, pp.51-95.

<sup>4</sup> - Essa tese teria sido exposta pela primeira vez em 1947, num exame apresentado na Faculdade Nacional de Direito, e se tornaria a partir daí, uma das demonstrações de sua criatividade e originalidade teóricas. (MAMIGONIAN, 1995, p.20)

Eis aí uma das marcas dos anos 1950, ou seja, um grande empenho dos teóricos brasileiros em criar instrumental analítico próprio para se compreender a economia latino-americana. (MANTEGA, 1997, pp.4-5)

Visando compreender melhor a realidade nacional, Rangel apresentou o Brasil enquanto uma economia complementar às economias mais desenvolvidas, até aí, nenhuma novidade dentro das análises do período. Mas esse modelo teórico começou a se diferenciar a partir da introdução de uma dinâmica pautada em três níveis econômicos distintos, ao que o autor denomina de *strata*<sup>5</sup>. São eles:

- 1- economia natural – se refere a uma produção que seria consumida pelo próprio produtor;
- 2- economia de mercado – semelhante ao capitalismo europeu do século XIX;
- 3- economia de monopólio – se aproxima do capitalismo moderno

De forma resumida e simplificada, dados os limites dessa comunicação, essa teoria afirmava que em termos econômicos coexistiam no Brasil estruturas remanescentes da Idade Média (resquícios feudais que permaneceram após a passagem das fazendas de escravos para os latifúndios) e características da Idade Moderna, que precisavam ser afirmadas.

Para Rangel, assim como para o ISEB e para a CEPAL, a idéia de desenvolvimento estava associada à industrialização. Seria necessário portanto que os fatores (capital e trabalho) existentes no setor agrícola, mas utilizados com baixa rentabilidade nas “atividades de transformação” realizadas na fazenda, fossem dinamizados. Assim é que o setor manufatureiro, com base na substituição de importações no caso brasileiro, poderia impulsionar a economia a partir do aumento da produtividade, e conseqüentemente da oferta.

A complexidade do caso brasileiro estaria no fato de essa ser uma formação econômica marcada por estruturas antigas e modernas ao mesmo tempo, conforme já delineado. Para uma realidade como essa, todas as leis da economia poderiam ser válidas.

O que realmente complexifica esse quadro, e daí o grande diferencial rangeliano, é o fato de que cada um desses pólos (interno e externo) também constituía uma dualidade.

---

<sup>5</sup> - A tese dos 3 níveis (*strata*) econômicos distintos que coexistem na economia brasileira foi desenvolvida em: “Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro (1955)”, p.147 e pode ser igualmente visualizada em “Desenvolvimento e Projeto” (p.213) e “Dualidade Básica da Economia Brasileira”(pp.305-307). Mas somente nessa última é que foi apresentada a questão das dualidades, ou seja, a idéia de que essas três formações se opõem duas a duas, dando origem a duas dualidades diferentes (*stratas*: 1/2, 2/3). O desenvolvimento estaria na segunda dualidade: a passagem da economia de mercado para o comércio externo

Assim, seriam 4 grupos de relações de produção que se agrupavam de duas a duas e se modificavam conforme o desenvolvimento das forças produtivas. Dessa maneira, cada dualidade possuía dois pólos e cada um desses pólos possuía dois lados, formando outra dualidade, conforme demonstra o quadro abaixo (RANGEL, 2005b, pp. 638-641):<sup>6</sup>

**1ª Dualidade:** fase A: 1790-1815

fase B: 1815-1847

Sócio maior: senhores de escravos (pólo interno)

Sócio menor: burguesia comerciante (pólo externo)

Principal característica: A repressão ao tráfico de escravos marcou a passagem do escravismo ao feudalismo, assim como a lei de terras que forçou os antigos escravos a se tornarem servos.

Senhores de escravos tendiam a se converter em comerciantes.

A fase B (de recessão) levou a uma diversificação das atividades produtivas.

**2ª Dualidade** – fase A: 1847-1873

fase B: 1873-1896

Sócio maior: burguesia comerciante (pólo externo)

Sócio menor: fazendeiros comerciantes-“coronéis” (pólo interno)

Principal característica: Chegada direta (e não apenas no pólo externo, como na dualidade anterior) do capitalismo à fazenda.

A fase B levou a uma diversificação da produção através do desenvolvimento de atividades artesanais (“pequena produção de mercadorias”), que caracteriza a passagem da antiga fazenda de escravos ao latifúndio feudal-mercantil.

**3ª Dualidade** – fase A: 1896-1920

fase B: 1920-1948

---

<sup>6</sup> - As dualidades nacionais embora apresentadas na maioria das obras de Rangel, são mais bem discutidas, de maneira mais detalhada, no artigo “A problemática política do Brasil Contemporâneo”.

Sócio maior- fazendeiros comerciantes (pólo interno)

Sócio menor- burguesia industrial nascente (pólo externo)

Principais características: troca de hegemonia no plano externo: capital financeiro inglês substituído pelo norte-americano. Outra particularidade foi a permanência do processo de substituição de importações na fase A da 4ª dualidade, já que essa era uma marca das fases B.

A fase B, período da Grande Depressão, levou à consolidação da industrialização brasileira, e com ela consolidam-se também ciclos próprios da economia nacional, ciclos juglarianos, ou seja, ciclos mais curtos da economia com a duração de cerca de 10 anos, havendo uma fase de ascensão (em média de 5 anos) e uma fase de recessão (igualmente com a duração de cerca de 5 anos).

**4ª Dualidade:** fase A(1958-73)

fase B (1973-88)<sup>7</sup>

Sócio menor: nova burguesia rural (pólo interno)

Sócio maior: burguesia industrial (pólo externo)

Principais características: 1-A substituição de importações foi intensificada pela crise do comércio exterior mediante o endividamento externo.

2- A mecanização do campo a qual poupa mão-de-obra, deixava um “exército de desempregados” e por isso mesmo, a questão agrária foi apontada como o problema mais grave no período da quarta dualidade.

3- Outra característica apontada nessa dualidade era a aproximação dos dois pólos no que se refere aos modos de produção, prenunciando o fim do fenômeno da dualidade (RANGEL, 2005 b, p.685)

Assim, as mudanças na economia, e sociedade brasileira em geral, seriam sempre parciais, como destacou Rangel (2005 b, p.556): “este tem sido um traço característico de todas as revoluções brasileiras; a mudança de apenas um dos pólos da dualidade, que

---

<sup>7</sup> - Foi somente no artigo “O quarto ciclo de Kondratiev”, publicado na Revista de Economia Política, em 1990, que Rangel demarcou a data final do fase B da 4ª dualidade. Até então essa data era representada através de um ponto de interrogação, obviamente por ser ainda desconhecida, como se observa na obra “Ciclo, tecnologia e crescimento” (1982)

transforma o regime, ora por suas relações externas, ora, como no exemplo citado [dualidade no Império], por suas relações internas”.

O desenvolvimento das forças produtivas seria portanto a base dessas mudanças, alterando a dualidade e conseqüentemente o pacto de poder. Para os fins dessa comunicação não serão retomadas a tão importante influência dos ciclos de Kondratiev na teoria rangeliana, bastando afirmar que a dualidade, enquanto marca maior da sociedade brasileira, permeava todas as instituições, não só as econômicas, mas também as políticas e jurídicas.

O final de tal processo, segundo o autor, se daria com a maior participação das massas no pacto de poder, fato esse que consolidaria o fim da dualidade básica da economia brasileira. Entretanto, já nos anos 1980, distintamente do clima otimista da década de 1950 portanto, Rangel escreveu “A história da dualidade brasileira”, demonstrando que a referida participação das massas no poder, como resultado da aproximação dos pólos interno e externo parecia estar bem longe de acontecer.

Isso porque a mecanização da agricultura deixava um rastro cada vez maior de desempregados no campo, como estava evidenciado nos centros urbanos. Ficava evidenciado também que a história não é tão previsível como as leis econômicas poderiam supor. Mesmo assim, o quadro da dualidade construído por Rangel o havia possibilitado de prever a crise que atingiria o país no início da década de 1970, quando muitos se quer cogitavam essa possibilidade.

Dada a extensão desse texto torna-se inviável uma discussão detalhada dessa teoria a fim de que fiquem atestadas suas pormenoridades. Diante de tais impedimentos deve-se registrar que a teoria da dualidade, enquanto base teórica fundamental do desenvolvimentismo brasileiro dos anos 1950 e 1960, teve como um de seus principais arguidores, justamente Ignácio Rangel. Resta-nos por fim registrar a necessidade de retomar as análises desse intelectual pouco conhecido no meio acadêmico, mas que merece destaque, já que a partir de uma teoria, a desenvolvimentista, que reuniu inúmeros adeptos no Brasil (destacando-se entre eles Roberto Simonsen, Roberto Campos e Celso Furtado) ele se destacou sobretudo por sua originalidade.



## Referências Bibliográficas:

- ESPÍNDOLA; BASTOS. J.E; J.M. Ignácio Rangel e a crise brasileira. In: O Projeto Nacional e a Integração da América do Sul. Revista princípios, 1999, ed nº 76 Disponível em: [http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=76&cod\\_not=528](http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=76&cod_not=528)
- FIGUEIREDO, José Ricardo . **Modos de ver a produção do Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados; **São Paulo: EDUC** (Editora da PUC-SP), 2004.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- LAMBERT, Jacques. **Os Dois Brasis**. Cia. Editorial Nacional. São Paulo, 5ª ed., 1969.
- MAMIGONIAN, Armen. **O pensamento de Ignácio Rangel**. Armen Mamigonian e José Márcio Rego (orgs.). São Paulo, ed. 34, 1998.
- MANTEGA, G. Teoria da Dependência Revisitada – um balanço crítico. São Paulo, EAESP/FGV/NPP, 1997, relatório de pesquisa nº 27. Disponível em: <http://www.eaesp.fgvsp.br/Interna.aspx?PagId=DLMJMMTJ&ID=18>
- RANGEL, Ignácio. **A problemática política do Brasil Contemporâneo (1979)**, In: Obras Reunidas, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005B, 2º vol.pp.636-644.
- \_\_\_\_\_ **Ciclo, tecnologia e crescimento (1969-1981)**, In: In: Obras Reunidas, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005b, 2º vol.pp.255-408.
- \_\_\_\_\_ **Dualidade básica da economia brasileira (1957)**, In: Obras Reunidas, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005a, 1º vol., pp.285-354.
- \_\_\_\_\_ **Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro (1955)**, In: Obras Reunidas, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005a, 1º vol.pp.129-202.
- \_\_\_\_\_ **O quarto ciclo de Kondratiev (1990)**, In: Obras Reunidas, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005b, 2º vol.pp.741-756.